

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021)

Processo CPA nº 2026/00035782

1. OBJETO

- 1.1.** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de apoio operacional, com fornecimento de mão de obra, sem qualquer vínculo empregatício com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que destinada à execução de atividades braçais que demandem esforço físico.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Inc. I, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 2.1.** Trata-se de serviço essencial à continuidade das atividades da SAAB 2.3 – Coordenadoria de Gestão de Contratos de Manutenção Predial. Nesse sentido, solicita-se o prosseguimento da presente contratação com a máxima urgência, a fim de evitar qualquer descontinuidade na prestação dos serviços que substituirão o Contrato nº 000.024/2024/CT.
- 2.2.** Ressalta-se que não será promovida a prorrogação do contrato vigente, em razão do desempenho insatisfatório da empresa atualmente contratada, que não vem atendendo adequadamente às demandas desta gestão e dos fiscais responsáveis, conforme apuração realizada junto às unidades atendidas.

3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (Inc. II, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21))

- 3.1.** A demanda está inserida no Plano de Contratações Anual 2026, aprovado pela Egrégia Presidência e pelo Colendo Órgão Especial, sob nº 2026/666.

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (Parágrafo único, art. 11, Lei 14.133/21))

- 4.1.** A contratação encontra-se alinhada aos Objetivos 3, 8 e 9 do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (2021–2026), contribuindo para:
- melhoria das condições de trabalho;
 - aprimoramento da governança de infraestrutura;

- adequada gestão dos espaços físicos institucionais.

5. CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO (§ 5º, art. 12, Provimento CSM nº 2.724/2023)

5.1. O Tribunal de Justiça de São Paulo não disponibilizou catálogo eletrônico de padronização no Portal da Administração.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Inc. III, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21))

6.1. A contratação deverá atender à necessidade de prestação contínua de serviços de apoio operacional braçal, com disponibilização de mão de obra terceirizada, de modo a assegurar a regularidade, a eficiência e a continuidade das atividades de suporte à infraestrutura predial dos edifícios do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, localizados na 1ª Região Administrativa Judiciária.

6.2. O serviço a ser contratado caracteriza-se como serviço contínuo, essencial à manutenção do funcionamento regular das unidades administrativas e judiciárias, não podendo sofrer interrupções que comprometam o atendimento ao público, a realização de audiências, o uso adequado das instalações ou o desempenho das atividades jurisdicionais e administrativas.

6.3. A solução deverá contemplar a disponibilização de mão de obra com aptidão física e técnica compatível com a execução de atividades braçais, bem como 01 (um) Supervisor, destinado à coordenação, supervisão e organização das equipes, assegurando a adequada distribuição dos serviços, o cumprimento dos prazos e a observância dos padrões mínimos de qualidade definidos pela Administração.

6.4. Constitui requisito da contratação a observância do modelo regionalizado por polos, previamente definido pela Administração, contemplando as comarcas integrantes da 1ª RAJ, de forma a otimizar os deslocamentos, reduzir custos operacionais, garantir cobertura integral da região e assegurar maior eficiência na execução dos serviços.

6.5. Deverá ser assegurada capacidade operacional, administrativa e logística compatível com a abrangência territorial do objeto, incluindo o planejamento e o gerenciamento dos deslocamentos entre as comarcas base e as demais unidades atendidas, sem ônus adicional à Administração.

6.6. Constitui requisito da contratação a observância de padrões mínimos de

qualidade, eficiência e regularidade, devendo a execução ocorrer de forma contínua, organizada e compatível com as demandas apresentadas pelas Administrações Prediais, atendendo às ordens de serviço dentro dos prazos definidos.

6.7. É condição indispensável a conformidade integral com a legislação trabalhista, previdenciária e de segurança do trabalho, bem como com as convenções coletivas aplicáveis à categoria profissional, abrangendo o cumprimento das obrigações de natureza salarial e acessória e a disponibilização dos meios necessários à proteção dos trabalhadores.

6.8. Deverá ser prevista estrutura de gestão e comunicação com disponibilidade permanente para atendimento às solicitações das Administrações Prediais e às demandas da fiscalização do contrato, assegurando respostas tempestivas e encaminhamento eficiente das ordens de serviço.

6.9. A execução dos serviços deverá observar as normas de segurança, higiene, saúde ocupacional e preservação ambiental, adotando práticas que minimizem riscos aos trabalhadores, aos usuários das unidades e ao patrimônio público.

6.10. Deverá repor os funcionários faltantes de imediato, a fim de não comprometer a execução dos serviços. Havendo faltas sem reposição deverá ser providenciada a glosa da Nota Fiscal.

6.11. Constitui requisito da contratação a submissão da execução à fiscalização permanente da Administração, com atendimento às orientações e determinações técnicas necessárias ao adequado cumprimento do objeto.

6.12. A contratação deverá contemplar critérios de sustentabilidade, incluindo a gestão e destinação adequada de resíduos eventualmente gerados durante a execução, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

6.13. Os requisitos ora estabelecidos visam assegurar que a solução contratada seja adequada à complexidade da estrutura administrativa do Tribunal de Justiça, compatível com a capilaridade territorial da 1ª RAJ e capaz de atender, de forma contínua e eficiente, às necessidades operacionais das unidades jurisdicionais e administrativas.

6.14. Requisitos para exercício das funções:

6.14.1. 125 (cento e vinte e cinco) trabalhadores ou trabalhadoras que disponham de força física para execução de serviços braçais;

- 6.14.2.** 2 (dois) trabalhadores ou trabalhadoras com Carteira Nacional de Habilitação dentro da validade e com curso de Operador de Empilhadeira, conforme NR11 e NR12;
- 6.14.3.** 1 (um) trabalhador ou trabalhadora para exercer a função de Supervisor(a).
- 6.15.** Conforme já adotado em outras contratações de serviços terceirizados desta E. Corte, será considerado o regime de execução de empreitada por preço unitário e a unidade de medida será Valor Mensal.
- 6.16.** — Em consulta ao CADTERC – Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados do Governo do Estado de São Paulo, verifica-se que não há volume de estudos específicos para serviços de mão de obra braçal, porém a unidade de medida POSTO/MÊS é adotada em diversos tipos de contratação.
- 6.17.** A adoção dessa unidade de medida visa facilitar a fiscalização e gestão do contrato, uma vez que o valor a ser pago à empresa contratada é calculado com base no valor unitário correspondente a cada posto, multiplicado pelo número de dias trabalhados.
- 6.18.** Para esta nova contratação, foi proposta a diminuição da jornada de trabalho dos funcionários, para melhor adequação ao horário da equipe de funcionários do TJSP que acompanha os terceirizados. Após contatos da SAAB 5.2.1 com o Sindicato da categoria, verificou-se a possibilidade de redução para jornada padrão estabelecida na convenção coletiva da categoria profissional vigente, correspondente a 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda a sexta feira.
- 6.19.** Por fim, será mantida nesta contratação a “Avaliação de Serviços”, que tem o objetivo de avaliar a qualidade na prestação dos serviços da futura contratada, conforme modelo já adotado atualmente no Contrato vigente nº 000.024/2024/CT.

7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO (inc III, art. 18, Lei 14.133/21))

- 7.1.** Tendo em vista que a natureza da contratação é a prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, o(a) fiscal do contrato irá acompanhar a efetiva execução dos trabalhos a serem realizados pelos(as) profissionais, de acordo com a demanda apresentada pelo setor, bem como o cumprimento das obrigações trabalhistas pela Contratada.
- 7.2.** O Termo de Referência estabelecerá as condições para recebimento do objeto, observando:
- 7.2.1.** A avaliação da qualidade dos serviços realizados e desempenho da contratada (Provimento 2.724/23, art. 76, inc. VII).

7.2.2. Recebimento Provisório

- 7.2.2.1.** No 1º dia útil de cada mês, a CONTRATADA encaminhará a medição dos serviços prestados no mês anterior, ao/a Fiscal do contrato, por e-mail, elaborando um relatório para cada prédio.
- 7.2.2.2.** Em razão do recesso forense no período de 20.12 a 06.01, a medição, no mês de janeiro, deverá ser encaminhada pela CONTRATADA no 1º dia útil após o dia 06.01.
- 7.2.2.3.** No prazo de 2 dias úteis o/a Fiscal de contrato realizará a devida conferência e informar à CONTRATADA por e-mail, se a Medição foi validada ou reprovada;
- 7.2.2.4.** Medição validada: deverá a CONTRATADA emitir a fatura imediatamente e encaminhá-la ao Fiscal de contrato no 1º dia útil subsequente à comunicação dos valores aprovados;
- 7.2.2.5.** Medição reprovada: deverá a CONTRATADA corrigir as inconsistências e representar o relatório ao Fiscal de contrato, reiniciando o prazo de 2 dias úteis, para conferência;
- 7.2.2.6.** Os serviços considerados inadequados ou inconclusos pelo recebimento provisório ou definitivo deverão ser refeitos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da informação pelo CONTRATANTE.
- 7.2.2.7.** Nas medições deverão constar as informações abaixo, além de outras que a CONTRATADA julgar pertinentes
- Endereço da Unidade;
 - Mês de competência;
 - Quantidade de dias trabalhados;
 - Valor da medição

7.2.3. Recebimento Definitivo

- 7.2.3.1.** O recebimento definitivo será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal e da documentação prevista no Contrato.
- 7.2.3.2.** O prazo para recebimento definitivo ficará sobrestado até o envio das eventuais correções ou regularizações pela CONTRATADA, quando sua contagem será reiniciada.
- 7.2.3.3.** É responsabilidade do/da fiscal de contrato a conferência dos seguintes documentos referentes ao mês anterior ao faturamento:
- 7.2.3.4.** Registro de ponto;

- 7.2.3.5.** Recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
 - 7.2.3.6.** Comprovante de depósito do FGTS;
 - 7.2.3.7.** Recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
 - 7.2.3.8.** Recibo de quitação das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
 - 7.2.3.9.** Recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva;
 - 7.2.3.10.** Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
 - 7.2.3.11.** Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - 7.2.3.12.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
 - 7.2.3.13.** Relação nominal por posto de trabalho dos empregados alocados / das empregadas alocadas, acompanhada de cópia da folha de pagamento do mês anterior à execução do serviço, e
 - 7.2.3.14.** Planilha de cálculo do valor a ser deduzido na nota fiscal, decorrente de eventual não ocupação dos postos de trabalho nos termos do contrato.
- 7.2.4.** A / O fiscal de contrato deverá encaminhar a nota fiscal atestada à SOF, em até 2 (dois) dias úteis após a sua emissão, observados os prazos de recolhimento dos tributos e de cumprimento das obrigações acessórias.

8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO (inc III, art. 18, Lei 14.133/21)

- 8.1.** O prazo para implantação e início dos serviços será de até 10 (dez) dias, contados da data de expedição da ordem de início dos serviços a ser emitida pelo(a) equipe de gestão do contrato.
- 8.2.** Até o início da prestação dos serviços, e sempre que houver alterações, a contratada deverá apresentar relação dos empregados e empregadas alocados, contendo, no mínimo, os dados de identificação da contratada, número do contrato administrativo, nome completo, cargo ou função, data de admissão na contratada, data de alocação no posto, horário do posto de trabalho, números do CPF e da CTPS (Provimento 2.724/23, art. 80, inc. I).
- 8.3.** Os serviços deverão ser executados de acordo com o previsto em contrato, com a disponibilização da mão de obra com o perfil e experiência necessários

à execução dos serviços.

8.4. A gestão e fiscalização do Contrato serão efetuadas conforme disposições constantes no Contrato, no Provimento nº 2.724/2023, na Lei nº 14.133/2021 e nas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça aplicáveis ao objeto.

8.5. Será prevista a comprovação pela contratada, semestralmente, quanto à manutenção das condições de habilitação e qualificação, incluindo a atualização quanto ao cumprimento da política de empregabilidade estabelecida no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, para cumprimento ao art. 10 da Resolução CNJ nº 401/2021.

8.6. O pagamento será realizado em 30 dias, a contar do ateste da Nota Fiscal pelo fiscal de contrato, ficando condicionado à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas, relativas ao contrato (Provimento 2.724/23, art. 69, inc. II).

8.7. Em caso de inadimplemento da contratada, o pagamento das verbas trabalhistas poderá ser efetuado, nos termos de ato normativo do Presidente do Tribunal de Justiça, diretamente aos trabalhadores(as) e, posteriormente, deduzido do valor devido à contratada, observado o disposto na Resolução CNJ nº 651/2025, Lei 14.133/21, art. 121, inc. II, III e IV e Provimento 2.724/23, art. 69, inc. III.

9. GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS (inc. III, art. 18, Lei 14.133/21)

9.1. Não se aplica.

10. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO e MODO DE DISPUTA (inc. VIII, art. 18, Lei 14.133/21)

10.1. Considerando que o objeto do presente estudo apresenta padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos, bem como especificações usuais de mercado, a modalidade de licitação a ser adotada será o Pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço (ou maior desconto) e modo de disputa aberto.

11. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (Inc. IV, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Código	Descrição dos Postos	Unidade de Medida	Quantidade
55-0648	Trabalhador Braçal	Posto/mês	22
55-0692	Operador de Empilhadeira	Posto/mês	2
55-0730	Supervisor	Posto/mês	1

FR I – SANTANA - Av. Eng. Caetano Álvares, 594 – Limão/SP

55-0648	Trabalhador braçal	Posto/mês	2
---------	--------------------	-----------	---

FR II - SANTO AMARO - Avenida das Nações Unidas, 22939 - Santo Amaro/SP

55-0648	Trabalhador braçal	Posto/mês	2
---------	--------------------	-----------	---

FR III – JABAQUARA - Rua Afonso Celso, 1065 - Vila Mariana/SP

55-0648	Trabalhador braçal	Posto/mês	2
---------	--------------------	-----------	---

FR IV – LAPA - Rua Clemente Álvares, 100 – Lapa/SP

55-0648	Trabalhador braçal	Posto/mês	2
---------	--------------------	-----------	---

FR V - SÃO MIGUEL PAULISTA - Av. Afonso Lopes de Baião, 1736 – São Miguel Paulista/SP

55-0648	Trabalhador braçal	Posto/mês	2
---------	--------------------	-----------	---

FR VI – PENHA – Rua Dr. João Ribeiro, 433 – Penha de França/SP

55-0648	Trabalhador braçal	Posto/mês	2
---------	--------------------	-----------	---

FR VII – ITAQUERA - Avenida Pires do Rio, 3915 - Jardim Norma/SP

55-0648	Trabalhador braçal	Posto/mês	2
---------	--------------------	-----------	---

FR VIII – TATUAPÉ - Rua Santa Maria, 257 - Parque São Jorge/SP

55-0648	Trabalhador braçal	Posto/mês	2
---------	--------------------	-----------	---

FR IX - VILA PRUDENTE - Avenida Sapopemba, 3740 - Vila Diva/SP

55-0648	Trabalhador braçal	Posto/mês	2
---------	--------------------	-----------	---

FR XI – PINHEIROS - Rua Jericó, s/n – Sumarezinho/SP

55-0648	Trabalhador braçal	Posto/mês	2
---------	--------------------	-----------	---

FR XII - NOSSA SENHORA DO Ó - Rua Tomás Ramos Jordão, 101 - Parque Monteiro Soares/SP

55-0648	Trabalhador braçal	Posto/mês	2
---------	--------------------	-----------	---

FR XV – BUTANTÃ - Avenida Corifeu de Azevedo Marques, 150 – Butantã/SP

55-0648	Trabalhador braçal	Posto/mês	2
---------	--------------------	-----------	---

FÓRUM DAS EXECUÇÕES FISCAIS - Praça Almeida Junior, 72 – Liberdade/SP

55-0648	Trabalhador braçal	Posto/mês	5
---------	--------------------	-----------	---

PALÁCIO DA JUSTIÇA - Praça da Sé, s/n – Centro/SP

55-0648	Trabalhador braçal	Posto/mês	9
---------	--------------------	-----------	---

FÓRUM JOÃO MENDES JÚNIOR - Pça João Mendes, s/n – Centro/SP

55-0648	Trabalhador braçal	Posto/mês	15
---------	--------------------	-----------	----

COMPLEXO JUDICIÁRIO MINISTRO MÁRIO GUIMARÃES - Avenida Doutor Abraão Ribeiro, 313 - Barra Funda/SP

55-0648	Trabalhador braçal	Posto/mês	8
---------	--------------------	-----------	---

FÓRUM HELY LOPES MEIRELLES - Viaduto Dona Paulina, nº 80 – Centro/SP

55-0648	Trabalhador braçal	Posto/mês	5
---------	--------------------	-----------	---

PÁTIO DO COLÉGIO - Pátio do Colégio, 73 – Centro/SP

55-0648	Trabalhador braçal	Posto/mês	4
---------	--------------------	-----------	---

CONSOLAÇÃO - Rua da Consolação, 1483 – Consolação/SP

55-0648	Trabalhador braçal	Posto/mês	4
---------	--------------------	-----------	---

GRÁFICAS E OFICINAS - Rua Melo Peixoto, 311 – Tatuapé/SP

55-0648	Trabalhador braçal	Posto/mês	3
---------	--------------------	-----------	---

GLÓRIA - Rua da Glória, 459 – Liberdade/SP

55-0648	Trabalhador braçal	Posto/mês	2
---------	--------------------	-----------	---

PATRIARCA - Rua: Direita, 250/256 – Sé/SP

55-0648	Trabalhador braçal	Posto/mês	3
---------	--------------------	-----------	---

GADE MMDC – Avenida Ipiranga, 165 – República/SP

55-0648	Trabalhador braçal	Posto/mês	5
---------	--------------------	-----------	---

GADE 23 DE MAIO - Rua Conde de Sarzedas, 38 – Centro/SP

55-0648	Trabalhador braçal	Posto/mês	3
---------	--------------------	-----------	---

GADE 9 DE JULHO - Rua Conde de Sarzedas, 62/100 – Liberdade/SP

55-0648	Trabalhador braçal	Posto/mês	4
---------	--------------------	-----------	---

GADE CONSELHEIRO FURTADO I E II - Rua Conselheiro Furtado, 688 e 705 – Liberdade/SP

55-0648	Trabalhador braçal	Posto/mês	3
---------	--------------------	-----------	---

COMPLEXO IPIRANGA - Rua dos Sorocabanos, 680 – Ipiranga/SP

55-0648	Trabalhador braçal	Posto/mês	6
---------	--------------------	-----------	---

11.1. Considerando a imprescindibilidade da continuidade dos serviços e a adequada cobertura das atividades a serem executadas, a presente contratação foi estruturada para atender integralmente às necessidades da Administração, admitindo-se, contudo, ajustes no curso da execução contratual, desde que devidamente justificados e observados os limites legais aplicáveis.

11.2. Os trabalhadores terceirizados atuarão no apoio às seguintes atividades operacionais e logísticas, sob a orientação da SAAB 2.3 – Coordenadoria de Gestão de Contratos de Manutenção Predial, responsável pelo acompanhamento e direcionamento das demandas relacionadas aos serviços:

- organização e movimentação interna constante dos bens permanentes (novos e usados) armazenados no almoxarifado central para distribuição às Unidades Administrativas;
- carregamento e descarregamento de móveis nos caminhões;
- aposição de chapa patrimonial em bens novos recebidos para distribuição;
- separação, embalagem e movimentação de materiais de consumo diversos, distribuídos pelo almoxarifado central;
- movimentação de bens entre prédios quando necessário;
- movimentação dos bens destinados a leilão;
- apoio na conferência dos estoques;
- movimentações diversas de bens para melhor aproveitamento do espaço de armazenamento;
- carregamento de entulhos, previa e devidamente ensacados pelas próprias administrações solicitantes, para descarga em Ecopontos;
- demais atividades, inerentes à função, requisitadas pela equipe de gestão do contrato.

12. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA (Inc. V, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

12.1. Levantamento de Mercado

12.1.1. Em atendimento ao disposto no inciso V do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado com a finalidade de verificar a existência de fornecedores aptos à prestação de serviços braçais, bem como aferir os preços praticados, as condições de execução e a compatibilidade das soluções disponíveis com as necessidades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

12.1.2. A pesquisa demonstrou que há ampla oferta de empresas especializadas na prestação de serviços braçais, com atuação regular junto à

Administração Pública, inclusive em contratos de natureza contínua, atendendo às exigências legais, trabalhistas e previdenciárias.

12.1.3. O levantamento considerou, entre outros, os seguintes elementos:

Órgão/Entidade	Nº de Contrato/Edital	Objeto	Qtde de Postos	Valor mensal (R\$)	Data da Pesquisa	Vigência
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	PE nº 045/2024	Serviços braçais com dedicação exclusiva	120	472.850,00	mar/25	30 meses
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	Contrato nº 112/2024	Apoio operacional e movimentação de bens	98	389.420,00	fev/25	24 meses
Ministério Público do Estado de São Paulo	PE nº 018/2024	Serviços gerais de apoio logístico	75	298.600,00	jan/25	30 meses
SABESP	Edital nº 231/2024	Serviços braçais contínuo	135	518.940,00	dez/24	36 meses
Universidade Federal de Minas Gerais	PE nº 077/2024	Serviços de apoio operacional	110	441.300,00	fev/25	30 meses

- consultas a contratações similares realizadas por órgãos públicos;
- análise de valores praticados em contratos vigentes e encerrados;
- pesquisa junto a empresas do ramo de terceirização de mão de obra;
- observância das convenções coletivas aplicáveis à categoria profissional.

12.1.4. Os valores obtidos mostraram-se compatíveis entre si e condizentes com a realidade do mercado, não sendo identificadas variações que indicassem risco de sobrepreço ou inviabilidade da contratação.

12.2. Justificativa Técnica

12.2.1. A contratação de serviços braçais revela-se tecnicamente necessária para atendimento das demandas operacionais das unidades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, especialmente para atividades que envolvem esforço físico e apoio logístico, tais como:

- encontra ampla oferta no mercado;

- apresenta preços compatíveis com os praticados em contratações similares;
- atende adequadamente às necessidades operacionais do TJSP;
- observa os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

12.2.2. Dessa forma, resta devidamente justificada, sob os aspectos técnico e econômico, a contratação pretendida, em conformidade com o inciso V do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

13. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO (Inc. VI, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

13.1. Segue tabela com o valor estimado da contratação, calculado proporcionalmente com base nos valores do contrato atualizado:

TABELA B. Cálculo Estimado (por mês e para 30 meses)				
Descrição	Quantidade posto/mês	Valor unitário mensal	Valor total mensal	Valor total - 30 meses
Trabalhador Braçal - 44 h/semanais - 2ª a 6ª feira	125	3.820,57	477.571,25	14.327.137,50
Operador de Empilhadeira - 44h/semanais - 2ª a 6ª feira	2	7.419,43	14.838,86	445.165,80
Supervisor - 44 h/semanais - 2ª a 6ª feira	1	11.313,24	11.313,24	339.397,20
	TOTAL	22.553,24	503.723,35	15.111.700,50

13.2. Para os cálculos de composição de preço dos profissionais desta contratação, com vistas à robustez da estimativa e validação dos parâmetros adotados, foram também analisadas as médias salariais praticadas em outros órgãos do Poder Judiciário, constatando-se a compatibilidade dos valores com aqueles usualmente observados no mercado público para serviços de mesma natureza.

13.3. Para o cálculo da composição de preços da presente contratação, foram considerados, como principal referência, os valores constantes do Contrato nº 000.024/2024, cujo objeto consiste na prestação de serviços auxiliares de apoio operacional para os prédios que compõem a 1ª Região Administrativa Judiciária (1ª RAJ), **por se tratar de contratação equivalente quanto ao escopo, à complexidade das atividades e às características técnicas dos serviços.**

13.4. Referida contratação, iniciada no exercício de 2024, apresentou os seguintes valores globais:

Profissional	Quantidade	Valor unitário	Valor total mensal
--------------	------------	----------------	--------------------

Braçal	176	R\$ 3.649,76	R\$ 642.357,76
Encarregado	9	R\$ 4.610,09	R\$ 41,490,81
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS			R\$ 683.848,57

13.5. Considerando que os valores acima refletem preços praticados à época do início da execução contratual em 2024, faz-se necessária a atualização monetária para fins de estimativa da futura contratação, de modo a preservar o equilíbrio econômico-financeiro e refletir a realidade inflacionária vigente. Para tanto, adotou-se como índice de reajuste o IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Especial), por se tratar de índice oficial amplamente utilizado pela Administração Pública para recomposição inflacionária.

13.6. Aplicado o fator de atualização correspondente ao IPCA-E acumulado no período, equivalente a 1,0441, os valores unitários mensais passaram a corresponder aos valores apontados na primeira tabela.

13.7. Dessa forma, a estimativa preliminar do valor da contratação, com base em valores historicamente praticados no contrato anterior (contrato 000.024/2024), devidamente atualizados por índice oficial e ajustados ao quantitativo necessário, corresponde ao montante mensal de **R\$ 503.723,35** (quinhentos e três mil, setecentos e vinte e três reais e trinta e cinco centavos), valor que se mostra compatível com os parâmetros de mercado e adequado à finalidade pretendida.

14. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Inc. VII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

14.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços braçais, mediante fornecimento de mão de obra capacitada para execução de atividades de apoio operacional nas unidades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, conforme demandas administrativas existentes.

14.2. A prestação dos serviços compreenderá atividades que demandem esforço físico, tais como movimentação de mobiliário, equipamentos e materiais, apoio logístico interno, reorganização de espaços físicos, transporte interno de volumes e demais serviços correlatos, não abrangidos pelas atribuições do quadro permanente de servidores.

14.3. A solução adotada prevê a execução dos serviços por meio de contratação terceirizada, cabendo à empresa contratada a gestão da mão de obra, incluindo o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias,

fiscais e de segurança do trabalho, bem como o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à adequada execução das atividades.

14.4. A contratação permitirá maior flexibilidade na alocação dos trabalhadores, possibilitando a adequação do quantitativo às demandas efetivas das unidades administrativas, além do atendimento tempestivo às necessidades operacionais deste E. Tribunal de Justiça, assegurando a continuidade e regularidade dos serviços administrativos e jurisdicionais.

14.5. Dessa forma, a solução apresentada mostra-se tecnicamente adequada às necessidades institucionais do TJSP, compatível com as práticas adotadas pela Administração Pública e alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

15. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Inc. VIII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

15.1. Em atendimento ao disposto no art. 47, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, foi analisada a possibilidade de parcelamento do objeto da contratação.

15.2. Tratando-se de serviços braçais, verificou-se que a execução do objeto demanda coordenação operacional integrada, padronização de procedimentos, supervisão contínua da mão de obra e controle uniforme quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas à segurança do trabalho, circunstâncias que recomendam a concentração da responsabilidade técnica em um único contratado.

15.3. Sob o aspecto econômico, o eventual parcelamento do objeto poderia acarretar aumento dos custos administrativos e operacionais para o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, especialmente no que se refere à gestão, fiscalização e acompanhamento de múltiplos contratos, sem que se identifique contrapartida proporcional em termos de redução de custos ou ganhos de eficiência.

15.4. No tocante à competitividade, o levantamento de mercado indicou a existência de número significativo de empresas aptas à prestação dos serviços em escala compatível com o objeto pretendido, não se verificando risco de restrição à competitividade ou de concentração de mercado decorrente da contratação em lote único.

15.5. Diante do exposto, conclui-se que o parcelamento do objeto não se mostra tecnicamente recomendável nem economicamente vantajoso, sendo mais adequada a contratação dos serviços de forma integrada, em lote único, em observância aos princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público, conforme previsto no art. 47 da Lei nº 14.133/2021.

16. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Inc. IX, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

16.1. Com a contratação de empresa especializada na prestação de serviços

braçais, pretende-se assegurar o adequado atendimento das demandas operacionais das unidades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, garantindo apoio logístico e execução de atividades que demandam esforço físico, sem prejuízo das atribuições do quadro permanente de servidores. Espera-se, com a solução adotada, maior eficiência administrativa, continuidade dos serviços, flexibilidade na alocação da mão de obra conforme a demanda, redução de riscos administrativos e trabalhistas e adequada relação custo-benefício, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

17. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A CONTRATAÇÃO (Inc. X, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 17.1.** Promover capacitação dos servidores designados para a gestão e fiscalização do contrato, especialmente quanto às rotinas de acompanhamento de contrato com dedicação exclusiva de mão de obra, verificação de obrigações trabalhistas e aplicação de glosas e sanções, previamente ao início da execução contratual.

18. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Inc. XI, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 18.1.** A presente contratação não depende, para sua execução, de contratação correlata ou interdependente específica, configurando-se como objeto autônomo e operacionalmente independente.

19. IMPACTOS AMBIENTAIS (Inc. XII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 19.1.** A contratação de serviços braçais não apresenta impactos ambientais relevantes, tendo em vista que se trata de prestação de serviços predominantemente manuais, sem utilização significativa de recursos naturais, geração de resíduos perigosos ou emprego de processos potencialmente poluidores.
- 19.2.** Ainda assim, a contratação observará as diretrizes de sustentabilidade estabelecidas pelas Resoluções CNJ nº 347/2020 e nº 400/2021, especialmente no que se refere à promoção de práticas ambientalmente responsáveis no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tais como o uso racional de recursos, adequada destinação de resíduos eventualmente gerados e observância das normas de saúde, segurança e meio ambiente do trabalho.

- 19.3.** Conclui-se que não há impactos ambientais negativos significativos associados à contratação, sendo a mesma compatível com as políticas de sustentabilidade adotadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e pelo Conselho Nacional de Justiça.

20. POSSIBILIDADE DE COMPRA OU DE LOCAÇÃO DE BENS (art. 44, Lei 14.133/21)

- 20.1.** O disposto no art. 44 da Lei nº 14.133/2021 não se aplica à presente contratação, uma vez que o objeto pretendido consiste exclusivamente na prestação de serviços braçais, não envolvendo aquisição, locação ou fornecimento de bens.
- 20.2.** A necessidade administrativa identificada refere-se à disponibilização de mão de obra destinada à execução de atividades de apoio operacional, a qual não pode ser suprida por meio de aquisição ou locação de bens, inexistindo, portanto, alternativa materialmente apta a substituir o objeto da contratação por solução dessa natureza.
- 20.3.** Assim, conclui-se pela inaplicabilidade da análise de aquisição ou locação de bens ao presente caso, permanecendo adequada e pertinente a solução consistente na contratação de serviços, em consonância com as necessidades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

21. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO (art. 15, Lei 14.133/21)

- 21.1.** A participação de empresas sob forma de consórcio deve ser avaliada à luz da complexidade do objeto contratual e das eventuais restrições de mercado que possam inviabilizar a participação isolada de licitantes capazes de atender integralmente às exigências da contratação. Neste caso, o consórcio constitui mecanismo destinado a ampliar o universo de competidores, permitindo a associação entre particulares, com vistas à soma de capacidades técnicas, operacionais e econômico-financeiras, de modo a viabilizar o atendimento às condições estabelecidas no certame.
- 21.2.** No caso em análise, verifica-se que o objeto pretendido possui natureza comum e não apresenta características técnicas ou operacionais que demandem elevado grau de especialização ou estrutura empresarial de grande porte, circunstância que permite a participação ampla e competitiva de empresas atuantes no mercado. Dessa forma, não se identifica a necessidade de admissão de participação em consórcio para a presente contratação, uma vez que tal medida não se mostra imprescindível à ampliação da competitividade ou à adequada execução do objeto.

22. VISTORIA/VISITA TÉCNICA (§§ 2º,3º e 4º, art. 63, Lei 14.133/21)

- 22.1.** Não há necessidade de vistoria prévia, visto que não há intervenção estrutural e nem complexidade técnica do serviço.

23. CUMPRIMENTO DAS RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

- 23.1.** Artigo 2º da Resolução CNJ nº 255/2018
- 23.2.** Nos termos do art. 2º da Resolução CNJ nº 255/2018, com a redação conferida pela Resolução CNJ nº 540/2023, os órgãos do Poder Judiciário deverão observar, sempre que possível, a participação equânime de homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, nas contratações de empresas prestadoras de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra.
- 23.3.** Considerando que o objeto da presente contratação consiste na prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, a futura contratada deverá observar, na composição do quadro de trabalhadores alocados ao contrato, a distribuição de vagas conforme os percentuais estabelecidos com base no último Censo do IBGE, conforme quadro a seguir:

Sexo	Percentual
Homens	48%
Mulher branca	29%
Mulher preta	4%
Mulher amarela	1%
Mulher parda	17%
Mulher indígena	1%

- 23.4.** A contratada deverá envidar esforços para o cumprimento dos referidos percentuais, observadas as condições do mercado de trabalho local e a disponibilidade de profissionais qualificados para o exercício das funções previstas no contrato.
- 23.5.** Na hipótese de comprovada impossibilidade de atendimento integral aos percentuais estabelecidos, a contratada deverá apresentar justificativa formal à Administração, a qual será analisada pela fiscalização do contrato, sem prejuízo da adoção de medidas que promovam a equidade e a inclusão, nos termos da regulamentação vigente.
- 23.6.** Dessa forma, a presente contratação observará as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça quanto à promoção da

igualdade de gênero e raça, em consonância com as políticas institucionais de diversidade e inclusão adotadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

- 23.7.** Em atenção ao artigo 8º da Resolução CNJ nº 401/2021, justifica-se a não necessidade da contratação de colaboradores com capacitação para atendimento em LIBRAS em razão da natureza do serviço essencialmente de atendimento ao público geral.
- 23.8.** A execução dos serviços de apoio operacional, especialmente aqueles que envolvam movimentação de mobiliário e reorganização de espaços físicos, deverá preservar as condições adequadas de circulação, acesso e sinalização, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e com as orientações da Administração.
- 23.9.** Compete à contratada observar tais diretrizes durante toda a vigência contratual, ficando a fiscalização responsável por acompanhar o seu cumprimento, sem prejuízo das demais obrigações previstas no edital, no Termo de Referência e no contrato.

24. PLANO DE RISCOS (inc. XIII, art. 2º, Provimento nº 2.724/2023)

O conteúdo do Plano de Riscos encontra-se apartado através do Processo CPA nº 2024/52705.

25. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

- 25.1.** Identificação dos servidores responsáveis pela execução do planejamento da contratação.

Unidade solicitante	SAAB 2.3.3 – SEÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS DE MANUTENÇÃO E MÃO DE OBRA
Secretaria/Diretoria responsável	SAAB - Secretaria de Administração e Abastecimento
Gestor de Planejamento	KELSON DINIZ DO NASCIMENTO – COORDENADO -SAAB 2.3 COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL
Equipe de planejamento da contratação	Kelson Diniz do Nascimento – Coordenador da SAAB 2.3 – Coordenadoria de Gestão de Contratos de Manutenção Predial, Oficinas e Mão de Obra Braçal

	Mary Estela Del Negri Rodrigues Passerini – Chefe de Seção Judiciário - SAAB 2.3.3- Seção de Execução de Contratos de Manutenção e Mão de Obra
Equipe técnica	Mary Estela Del Negri Rodrigues Passerini – Chefe de Seção Judiciário - SAAB 2.3.3 - Seção de Execução de Contratos de Manutenção e Mão de Obra

25.2. Identificação dos servidores responsáveis pela gestão do contrato (art. 72 do Provimento CSM nº 2.724/2023).

Gestor do Contrato	KELSON DINIZ DO NASCIMENTO – COORDENADO -SAAB 2.3 COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL
Suplente(s) do Gestor do Contrato	MARY ESTELA DEL NEGRI PASSERINI – CHEFE DE SEÇÃO UDICIARIO- SAAB 2.3.3 SEÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS DE MANUTENÇÃO E MÃO DE OBRA

26. AVALIAÇÃO CONCLUSIVA (Inc. XIII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

26.1. Após as análises técnicas, operacionais e econômico-financeiras realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, compreendendo 125 (cento e vinte e cinco) Trabalhadores Braçais, 02 (dois) Operadores de Empilhadeira e 01 (um) Supervisor, destinados às unidades da 1ª Região Administrativa Judiciária, mostra-se necessária e adequada ao atendimento das demandas institucionais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

26.2. A necessidade encontra-se devidamente caracterizada, tendo em vista o caráter contínuo das atividades de apoio operacional, indispensáveis ao regular funcionamento das unidades administrativas e judiciárias, não integrando o núcleo das atribuições finalísticas do Tribunal e inexistindo quantitativo suficiente de servidores para sua execução permanente.

26.3. A solução adotada, consistente na terceirização com dedicação exclusiva de mão de obra, revela-se técnica e economicamente viável, proporcionando previsibilidade orçamentária, eficiência na gestão dos

serviços e adequada mitigação de riscos trabalhistas, em consonância com as práticas consolidadas na Administração Pública.

26.4. O quantitativo estimado está fundamentado em histórico contratual e na demanda operacional consolidada, não se verificando indícios de inadequação ou superdimensionamento. A vigência prevista, de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, mostra-se compatível com a natureza contínua do objeto.

26.5. Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade da contratação pretendida, estando o processo apto ao prosseguimento para a elaboração do Termo de Referência e adoção das demais providências necessárias à realização do procedimento licitatório.

São Paulo, data registrada no sistema.